RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0010811-34.2014.8.24.0600

Ação: Inspeção / Inspeção

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara Cívle da comarca de Camboriú

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria:14/2014

Período da inspeção: 05 de maio de 2014 e 07 de julho de 2014

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Assessora Técnica Correicional: Izaura Elfrida Hack

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Karolina Oliveira Fontanela

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 18/2014 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau — SAJ, SAJ/Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.

UNIDADE INSPECIONADA

Comarca: Camboriú

Unidade: 1ª Vara Cível

Municípios integrantes: Camboriú

Juiz Titular: Rogério Carlos Demarchi

Chefe de cartório: Tatiana Mariel Nascimento

Última inspeção por equipe da CGJ/SC: não houve

Competência: Res.10/2011 - "[...]Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú:I – processar e julgar:a) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979);b) os feitos relativos à infância e juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional;c) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; ed) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões – inclusive entre maiores e capazes –, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.Parágrafo único. Os processos referidos no inciso II e nas alíneas "b" e "d" do inciso I deste artigo, atualmente em tramitação na 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível[...]"

Entrância: Final

Data da instalação:08/06/2001

Observações: No SAJ/PG, além da 1ª vara cível constatou-se que existem muitas pendências na antiga "vara única da comarca de Camboriú", razão pela qual constam deste relatório os registros encontrados para a devida regularização.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ 5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.138
1.1.2	Processos em andamento	2.005	
1.1.3	Procedimentos em andamento	133	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		438
1.1.4.1	A ser recebido de outro foro	1	
1.1.4.2	Ag. Encerramento do ato	69	
1.1.4.3	Ag. prazo	56	
1.1.4.4	Conclusos para despacho inicial	2	
1.1.4.5	Concluso para sentença	1	
1.1.4.6	Escrivão	11	
1.1.4.7	Recebido do advogado a Infância e Juventude	31	
1.1.4.8	Recebido do oficialato da Infância e Juventude	1	
	Juizado Especial Cível - processo		
1.1.4.9	Ag. Impressão vara	2	
	Custas Finais GECOF - processo		
1.1.4.10	Ag. Encerramento de todos os devedores	51	
1.1.4.11	Procedimento exaurido	61	
	Indicador	Va	lor
1.1.5	Outros setores	Total	Total mais de 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	2	0
1.1.5.2	Ministério Público	351	125
1.1.5.3	Serviço Social	62	26
1.1.5.4	Distribuição	18	1
1.1.6	Observações		
	es obtidas em 26-8-2014. oi instalado na unidade em novembro/2012		



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ/ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

Indicador			Valor		
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento			3.646		
1.2.2	Processos em andamento	3.500			
1.2.3	2.3 Procedimentos em andamento 146				
1.2.4	1.2.4 Processos sem movimento há mais de 180 dias 248				
1.2.5	1.2.5 Observações				
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de					

referência: agosto de 2014).

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		467
	LOCAL	Total	Total mais de 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	11	11
1.2.8	Cartório da Distribuição	15	3
1.2.9	Juiz	146	13
1.2.10	Ministério Público	130	28
1.2.11	Assistente Social	15	8
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	•	
1.2.12	Advogado	148	29
1.2.13	Perito	2	0
1.2.19	Observações		•
Informac	Pões obtidas mediante consulta ao SA I/Estatística (E	Polatório Coronoial da Var	a) môc do

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: agosto de 2014.

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal			
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2012	2.389	199			
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2013	2.436	203			
1.2.22	Janeiro a julho de 2014	1.215	173			
1.2.23	Observações					
Informaçõe	Informações obtidas mediante consulta ao SAJ/Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).					

1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias		57	4
1.3.2	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"		147	49
1.3.3	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		1	0
1.3.4	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		1	0
1.3.5	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		27	1
1.3.6	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		-	60
1.3.7	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		-	8
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	67	38
1.3.10	Observações			

- a) Data primeira verificação: 29/04/2014.
- a.1) Item 1.3.1: foram encontrados 27 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.2) Item 1.3.2: foram encontrados 121 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.3) Item 1.3.5: foi encontrado 1 registro na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.4) Item 1.3.9: foi encontrado 1 registro na Vara Única da comarca de Camboriú.
- b) Ďata segunda verificação: 26-8-2014
- b.1) Item 1.3.1: foram encontrados 3 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- b.2) Item 1.3.2: foram encontrados 3 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- b.3) Item 1.3.6: foi encontrado 1 registro na Vara Única da comarca de Camboriú.
- c) Órienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm. As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por *e-mail* para o endereço eletrônico institucional da unidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA PODER JUDICIÁRIO Corregedoria-Geral da Justiça Divisão Administrativa

	Indicador		Valor		
			Primeira verificação		ında cação
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento		•		-
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	22	10	39	7
	Remessa - recebimento - relação - certificação	·			
1.3.11.2	Cartório - aguardando	48	38	26	17
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	8	0	40	21
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	16	13	28	10
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	25	24	118	4
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	16	14	57	28
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	45	3	83	4
1.3.11.8	Cartório - arquivar	128	3	40	29
1.3.11.9	Cartório - escaninho da Delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do Advogado	0	0	2	1
1.3.11.11	Cartório - escaninho do Juiz	60	41	18	2
1.3.11.12	Cartório - escaninho do Juiz (assinaturas)	7	5	18	6
1.3.11.13	Cartório - escaninho do Promotor	5	3	28	26
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	167	50	363	90
	Expedição - cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	19	12	71	8
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização - juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	25	5	85	2
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	4	2	11	9
1.3.11.26	Observações				

a) Data primeira verificação: 30/04/2014.

a.1) No relatório de processos ativos por unidade da Vara Única da Comarca de Camboriú foram encontrados os seguintes registros: "cartório – aguardando" total 4 registros e 4 registros +30 dias, "cartório – aguardando publicação de relação"total 1 registros e 1 registros +30 dias, "cartório-arquivar"total 3 registros e 3 registros +30 dias, "cartório-escaninho do juiz" total 1 registros e 1 registros e 1 registro +30 dias, "cartório-escaninho do juiz (assinatura)" total 1 registros e 1 registro +30 dias, "cartório-prazo 1 a 31"total 1 registros e 1 registro +30 dias b) Data segunda verificação: 26-8-2014.

b.1) No relatório de processos ativos por unidade da Vara Única da Comarca de Camboriú foram encontrados os seguintes registros: "cartório – aguardando" total 4 registros e 3 registros + 30 dias, "cartório – arquivar" total 2 e 2 registros +30d, "cartório -escaninho do juiz (assinatura)" total 1 registros e 1 registros +30 dias, "cartório – escaninho do promotor" total 1 registro e 1 +30dias, "cartório-prazo 1 a 31 total 1 registro e 1.

1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.		527	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica



ESTADO DE SANTA CATARINA PODER JUDICIÁRIO Corregedoria-Geral da Justiça Divisão Administrativa

1.4.7	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1/1/1900 a 31/03/2014)		3.089	364
	Petição intermediária		611	46
	Peticionamento eletrônico		25	1
	Mandados		20	0
	AR		114	90
	Execução de sentença		37	3
	Incidente processual		8	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação	O relatório deve trazer	117	77
	Pauta de audiências	os registros	3	1
	Carga	efetivamente pendentes	1.008	55
	Cartas recebidas	, '	314	11
	Processo		75	49
	Recurso		4	0
	Usuário		753	31
1.4.8	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		417	414
1.4.9	Mandados de prisão em aberto com erros		0	0
1.4.10	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		5	5
1.4.11	Observações			

- a) Data primeira coleta de dados: 29-4-2014
- a.1) Item 1.4.1: foram encontrados 466 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.2) Item 1.4.2: foram encontrados 43 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.3) Item 1.4.3: foram encontrados 68 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.4) Item 1.4.6: foram encontrados 113 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- a.5) Item 1.4.7: no relatório de pendências e prazos em aberto da Vara Única existem 595 registros de "petição intermediária", 280 de "AR", 17 de "execução de sentença", 2 de "incidente processual",
- 28 de "movimentação", 28 de "pauta de audiências", 48 de "cartas recebidas" e 6.888 de "usuário".
- b) Item 1.4.8: dos 417 processos, 4 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 413 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". Na Vara Única foram localizados 555 processos, dos quais 134 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 421 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".
- c) Item 1.4.10: foram encontrados 42 registros na Vara Única.
- d) Data segunda coleta de dados: 26-8-2014.
- d.1) Item 1.4.2: foram encontrados 43 registros na Vara Única da comarca de Camboriú.
- d.2) Item 1.4.3: foram encontrados 68 registros na Vara Única da Comarca de Camboriú.
- d.3) Item 1.4.6: foram encontrados 2 registros na Vara Única da comarca de Camboriú
- d.4) Item 1.4.7: no relatório de pendências e prazos em aberto da Vara Única existem 605 registros de "petição intermediária", 280 de "AR", 17 de "execução de sentença", 2 de "incidente processual", 28 de "movimentação", 28 de "pauta de audiências", 1 de "carga", 48 de "cartas recebidas" e 6.880 de "usuário"
- d.5) Item 1.4.8: dos 414 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 413 apresentam local físico "sala de arquivo".Na Vara Única foram localizados 559 processos, dos quais 134 apresentam local físico "arquivo central" e 425 apresentam local físico "sala de arquivo".



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		939	231
1.5.2	Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007.	O relatório não deve	-	376
1.5.3	PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 - processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri.		-	107
1.5.4	Observações			
·				,

- a) Data primeira verificação: 29/04/2014.
- b) Data segunda verificação: 26-8-2014
- b.1) Item 1.5.1: foram encontrados 36 registros na Vara Única da comarca de Camboriú
- b.2) Item 1.5.3: foram encontrados 9 registros na Vara Única da comarca de Camboriú
- c) O relatório do PJP engloba também os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ.

1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Sistema de Informações	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	1
1.6.2		Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3		As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Nacional de Inspeções	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações			

- a) Data primeira verificação: 29/04/2014
- a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 08/06/2009.
- a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 42 registros de processos e 74 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no sistema. Realizada amostragem em dez processos, constatou-se a ausência de cadastro no SNBA de 7 deles (0000035-49.2012.8.24.0113, 0082338-28.2009.8.24.0113,0002574-27.2008.8.24.0113,0001025-11.2010.8.24.0113,0000103-33.2 011.8.24.0113,00822338-28.2009.8.24.0113, 0000254-33,2010.8.24.0113. Orienta-se que sejam revisados todos os bens cadastradas para verificar se não é o caso de atualização da situação do bem, especialmente se forem registro referentes aos bens cadastrados da antiga vara única.
- b) Data segunda verificação: 26-8-2014.
- b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Não é possível, por ora, a extração dos relatório.
- b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 72 registros de processos e 132 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ/PG, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no sistema.

2.3 CUIDA - CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
2.3.1	informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
2.3.2	Observações			

- a) Data primeira verificação: 02/05/2014
- b) Data segunda verificação: 26-8-2014.
- c) Existem 2 programas institucionais de acolhimento cadastrados no sistema (Lar de Integração Familiar do Adolescente e Associação Lar Maternal Bom Pastor). Destes, nenhum estão atualizados.

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau — SAJ, SAJ/Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o presente relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade inspecionada.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 10 de setembro de 2014.

Maria Paula Kern Juíza-Corregedora

Perla Maria Fusinatto Schappo Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Karolina Oliveira Fontanela Analista Jurídico – Mat.23.561